

A África Que não Existe (II)

Fernando Jorge Cardoso*

Devastada por guerras e doenças, a África subsariana luta por sobreviver num clima de instabilidade política que impede o seu (mínimo) desenvolvimento. Urgente é definir qual o papel que deve ser desempenhado pelos agentes de cooperação internacional.

A persistência de crises humanitárias, a carência e a deterioração de infra-estruturas básicas e a insegurança e a instabilidade política constituem as *vertentes* mais marcantes da situação prevalecente na África subsariana.

Para além dos desastres causados por fenómenos naturais como cheias ou secas, a persistência de crises humanitárias apresenta aspectos mais gravosos: o crescimento, exponencial nalguns casos, da epidemia da sida, que afecta desde já as perspectivas demográficas a longo prazo em vários países; o aumento do número de vítimas de conflitos violentos e de refugiados e deslocados; o agravamento das doenças endémicas do subdesenvolvimento – malnutrição, malária, diarreias, tuberculose, bilharziose.

As crises humanitárias configuram, ao mesmo tempo, situações de curto e de longo prazo. No curto prazo, as crises humanitárias suscitam, em maior ou menor escala, o apoio internacional e o envolvimento de um grande número de actores no terreno, nomeadamente organizações não governamentais e religiosas, agências das Nações Unidas e outros organismos de natureza humanitária como a Cruz

Vermelha e os Médicos sem Fronteiras. Se bem que, com a excepção da epidemia de sida, as crises humanitárias sejam passíveis, em casos pontuais, de resolução no curto prazo, quando interligadas com a deterioração das infra-estruturas básicas e com a violência, a insegurança e a instabilidade política têm tendência para se repetir cronicamente, transformando-se, deste modo, em problemas de longo prazo.

Na verdade, mais do que de uma lista de necessidades, aquilo de que África precisa é de uma agenda de prioridades, concertada e coordenada localmente pelos próprios doadores.

A carência e a deterioração de infra-estruturas básicas manifestam-se principalmente no mau estado, na falta de manutenção ou mesmo na inexistência ou destruição de estradas, pontes, caminhos-de-ferro, portos ou aeroportos, dos centros de produção e redes de transporte de energia, das redes de telecomunicações, das estruturas básicas de saúde e de saneamento, dos meios de transporte, dos armazéns e postos de venda rurais e das estruturas de crédito. O incentivo ao estabelecimento de negócios e ao sector privado torna-se redundante na ausência de investimentos de criação e reposição de infra-estruturas básicas para o desen-

volvimento. Contrariamente ao que a ortodoxia dominante sugere, o sector privado não se poderá constituir em principal motor do crescimento económico na ausência de investimentos em bens públicos. Nem em África, nem em qualquer outra parte do Mundo, desenvolvido ou subdesenvolvido.

A insegurança e a instabilidade política decorrem, em graus diferenciados, da debilidade dos regimes democráticos recentemente instaurados na maioria dos países africanos, situação esta que, nalguns casos, é agravada por conflitos violentos que impedem a normalidade da governação e a consequente instalação de

um clima propício ao desenvolvimento. Se, como é óbvio, em situações de crise declarada e de conflito armado as prioridades se deslocam para a suspensão das hostilidades e a procura de soluções negociadas, nos casos em que as crises estejam latentes o que importa é reforçar os processos e os mecanismos de regulação dos conflitos por meios pacíficos e democráticos. A melhoria das instituições do Estado, incluindo os tribunais e a polícia, bem como o normal funcionamento de comissões eleitorais, parlamentos e partidos políticos são o melhor garante da estabilidade do regime e da segurança dos cidadãos. E, mais uma vez, esta as-

* Director-adjunto do IEEI

serção, de senso comum, é tão válida em África como o é noutras latitudes.

Faça à predominância das situações de crise humanitária, de carência e destruição de infra-estruturas e de insegurança e instabilidade política, qual o papel dos actores externos e, particularmente, da cooperação internacional?

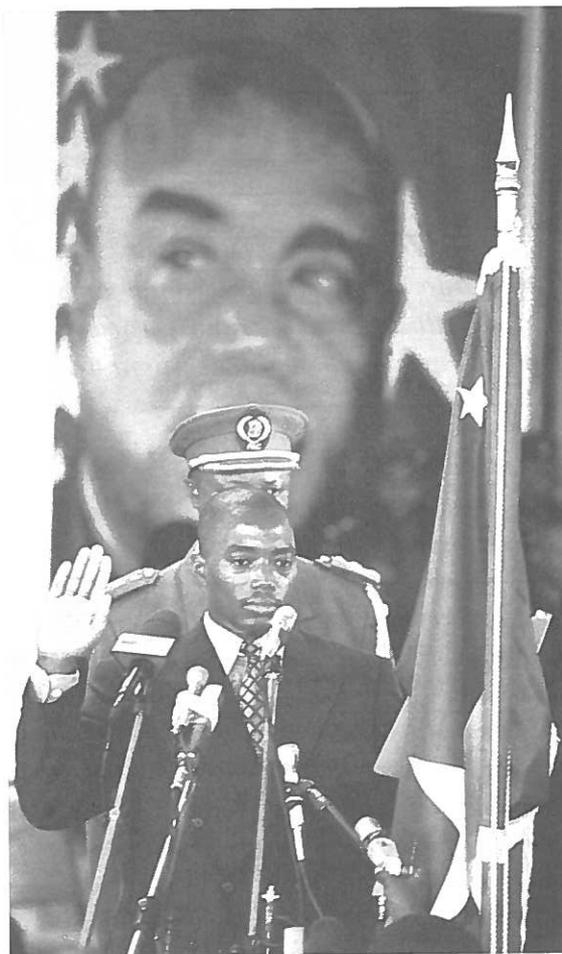
Esta questão suscita uma outra, prévia, que tem a ver com o papel dos actores internos. Como é natural, e apesar do elevado grau de dependência externa dos sectores modernos e de exportação das economias africanas, a responsabilidade primeira pela condução e a resolução das crises é interna. Não é possível, numa base sustentável, impor um regime político, um acordo de resolução de conflitos ou uma estratégia de desenvolvimento a um país ou a uma sociedade onde os principais agentes políticos o não pretendam. No entanto, o papel dos actores externos em África, particularmente o papel desempenhado pelos principais doadores internacionais, é fulcral, dada a capacidade que têm de condicionar e limitar os campos de manobra e dada a influência que podem exercer sobre os processos de decisão.

Os inúmeros e prementes problemas em África têm sido objecto das mais díspares acções dos actores externos, que canalizam a ajuda através de instituições do Estado receptor, de organismos locais descentralizados, de organizações não governamentais estrangeiras ou de agências multilaterais. O número e o leque de projectos e prioridades são imensos, originando uma desorganização institucional que facilita a coexistência de diversas agendas privadas na gestão dos negócios públicos. Esta situação é, por um lado, inimiga da consolidação das instituições do Estado democrático e, por outro lado, pouco clara nos procedimen-

tos e resultados. Na verdade, mais do que de uma lista de necessidades, aquilo de que África precisa é de uma agenda de prioridades, concertada e coordenada localmente pelos próprios doadores.

A resolução da dívida externa, condição *sine qua non* para a criação de novas perspectivas de crescimento, está claramente ao alance dos doadores, faltando para tal visão e vontade política. A acção de alívio da dívida para os países mais pobres, promovida a partir de 1997 pelo Banco Mundial e que está em execução para uma dezena de países africanos, leva cerca de seis anos a concretizar, desde o momento de selecção dos candidatos até ao momen-

to da execução dos pagamentos. Sendo um passo em frente, essa iniciativa é lenta e enferma de uma visão economicista. Na verdade, a gravidade do problema exige uma abordagem política que priorize a estabilidade dos regimes democráticos, o que passa por congelar (e não rescalonar) o pagamento da dívida dos países em transição democrática que adoptem uma administração transparente dos negócios públicos, dificultando assim a corrupção. Tal procedimento, que não está nem na tradição, nem na missão de instituições como o Banco Mundial, necessita de ser protagonizado por Estados ou grupos de Estados, mormente pela União Europeia e pelos países-membros. A habitual alegação de que o *dossier* é conduzido pelas instituições de Bretton Woods, não cabendo, por isso, nas atribuições das instituições europeias, não



é mais do que uma desculpa para a inação dos governos.

Definição de uma agenda da cooperação, coordenação local da agenda pelos doadores, abordagem política do problema da dívida externa são conceitos facilmente conotados com a intromissão nos assuntos internos de Estados soberanos. Correctamente, aliás, por mais que tal pareça politicamente incorrecto. Se a uns compete fazer valer os seus direitos de soberania, a outros compete terminar com um exercício hipócrita da cooperação, que denomina condicionalidades políticas e ligações de óbvia dependência como relacionamento entre iguais. E está na altura de chamar as questões pelos nomes próprios, sob pena de passar ao lado dos problemas reais de uma África que, mais do que existindo, vai subsistindo. ■